Exmo. Sr.
ULISSES CECCHIN
DD. Prefeito Municipal
N E S T A

Na condição de Secretária da Administração e Finanças, venho pelo presente solicitar autorização para "Inexigibilidade de Licitação", a fim de contratar empresa prestadora de serviços de consultoria e assessoria à contabilidade.

CONSIDERANDO que a Administração Pública, no caso o Poder Executivo, possui sua singularidade a qual exige dos gestores que busquem se cercar do melhor assessoramento técnico, objetivando um eficiente assessoramento contábil.

CONSIDERANDO dentre os elementos a serem avaliados encontra-se o da confiança do gestor no profissional ou na empresa de assessoria, esta confiança se refere aos aspectos de capacidade técnica destes, competência, especialidade e confiabilidade técnica, ou seja, deve haver por parte do administrador uma confiança técnica na empresa prestadora dos serviços.

CONSIDERANDO que outro aspecto a ser avaliado é o da notória especialização que se verifica pela qualificação dos profissionais ou por suas experiências acumuladas.

CONSIDERANDO consignar que a assessoria ao Poder Executivo envolve a assessoria contábil ao Executivo Municipal em toda a sua extensão.

CONSIDERANDO que a empresa preenche todos os requisitos exigidos em lei para a contratação, por inexigibilidade de licitação. Dita empresa possui a confiança técnica deste Poder Executivo para a prestação dos serviços de assessoria e consultoria contábil na área pública, possui notória especialização inclusive pela experiência de seus membros acumulada pelos longos anos de assessoramento contábil à inúmeros municípios do Estado, sendo a mesma conhecida e reconhecida por sua atuação profissional na área. Enfim, se trata de uma empresa que possui credibilidade e confiança para a execução dos serviços de assessoramento contábil ao Executivo Municipal, conseguido, inclusive, pelos anos de notória atuação na área.

CONSIDERANDO que os serviços de assessoria para os trabalhos da contabilidade são indispensáveis para a administração municipal.

CONSIDERANDO que os preços praticados estão dentro da realidade de mercado, conforme informações neste pedido.

CONSIDERANDO, que quanto ao preço, verifica-se que o valor proposto pela empresa está caracterizado e de acordo conforme demonstrado no processo de Inexigibilidade de Licitação do **Município de Monte Belo do Sul**, no valor mensal atual de R\$ 13.700,00 (treze mil e setecentos), do contrato

desta natureza mantido atualmente e devidamente corrigido pelo IPCA com o **Município de Sananduva**, no valor mensal de R\$ 11.100,00 (onze mil e cem reais), do contrato mantido com a **CEASA**, no valor mensal de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), do Município de **Capela de Santana** no valor mensal de R\$ 9.650,00 (nove mil, seiscentos e cinquenta reais), com o Município de **Paim Filho** no valor mensal de R\$ 9.784,00 (nove mil, setecentos e oitenta e quatro reais), Município de **Trindade do Sul** no valor mensal de R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais), com o Município de **Tapejara** com o valor aditivado de R\$ 9.684,24 (nove mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e vinte e quatro centavos), com o Município de **Tupanci do Sul** com o valor aditivado de R\$ 8.307,13 (oito mil, trezentos e sete reais e treze centavos), com o Município de **Água Santa** com o valor aditivado de R\$ 7.845,49 (sete mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e nove centavos), portanto compatível com o praticado pelo contratado no mercado.

Nesse contexto, solicito autorização para contratação da empresa, **CCGP – CENTRO DE CONTABILIDADE E GESTÃO PÚBLICA LTDA**, sociedade empresária de prestação de serviços, estabelecida à Rua 14 de Julho, 291, sala 02, na cidade de Sananduva, estado do Rio Grande do Sul, portadora do CNPJ 04.694.050/0001-77, no valor R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais) mensais.

Tal solicitação, está em conformidade com as disposições do art. 74, III, da Lei Federal nº 14133/2021 e Lei Federal nº 14.039 de 17 de agosto de 2020 e suas alterações.

Ibiaçá – RS, 31 de outubro de 2024.

CARINE TESTON MINOTTO
Secretária de Administração e Finanças

TERMO DE ABERTURA
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

ULISSES CECCHIN, Prefeito Municipal de Ibiaçá, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Federal nº 14133/2021 e suas alterações, resolve:

Autorizar a Inexigibilidade de processo licitatório.

- a) Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação;
- b) Número:** 007/2024;
- c) Objeto:** Contratação de empresa prestadora de serviços de consultoria e assessoria de contabilidade, sendo:
- d) Valor total da contratação:** R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais) mensais;
- e) Tempo de contratação:** 12 (doze) meses, renováveis
- f) Fornecedor:** CCGP – CENTRO DE CONTABILIDADE E GESTÃO PÚBLICA LTDA, sociedade empresária de prestação de serviços, estabelecida à Rua 14 de Julho, 291, sala 02, na cidade de Sananduva, estado do Rio Grande do Sul, portadora do CNPJ 04.694.050/0001-77.
- g) Embasamento:** art. 74, III, da Lei Federal nº 14133/2021 e Lei Federal nº 14.039 de 17 de agosto de 2020.

Ibiaçá – RS, 01 de novembro de 2024.

ULISSES CECCHIN
PREFEITO MUNICIPAL

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2024

ULISSES CECCHIN, Prefeito Municipal de Ibiaçá, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei 14133/2021 e suas alterações;

CONSIDERANDO que a Administração Pública, no caso o Poder Executivo, possui sua singularidade a qual exige dos gestores que busquem se cercar do melhor assessoramento técnico, objetivando um eficiente assessoramento contábil.

CONSIDERANDO dentre os elementos a serem avaliados encontra-se o da confiança do gestor no profissional ou na empresa de assessoria, esta confiança se refere aos aspectos de capacidade técnica destes, competência, especialidade e confiabilidade técnica, ou seja, deve haver por parte do administrador uma confiança técnica na empresa prestadora dos serviços.

CONSIDERANDO que outro aspecto a ser avaliado é o da notória especialização que se verifica pela qualificação dos profissionais ou por suas experiências acumuladas.

CONSIDERANDO consignar que a assessoria ao Poder Executivo envolve a assessoria contábil ao Executivo Municipal em toda a sua extensão.

CONSIDERANDO que a empresa preenche todos os requisitos exigidos em lei para a contratação, por inexigibilidade de licitação. Dita empresa possui a confiança técnica deste Poder Executivo para a prestação dos serviços de assessoria e consultoria contábil na área pública possui notória especialização inclusive pela experiência de seus membros acumulada pelos longos anos de assessoramento contábil à inúmeros municípios do Estado, sendo a mesma conhecida e reconhecida por sua atuação profissional na área. Enfim, se trata de uma empresa que possui credibilidade e confiança para a execução dos serviços de assessoramento contábil ao Executivo Municipal, conseguido, inclusive, pelos anos de notória atuação na área.

CONSIDERANDO que os serviços de assessoria para os trabalhos da contabilidade são indispensáveis para a administração municipal.

CONSIDERANDO que os preços praticados estão dentro da realidade de mercado, com base no LicitaCon.

RESOLVE

Contratar a empresa prestadora de serviços de contabilidade, conforme descrição abaixo, nos termos do art. 74, III, da Lei Federal nº 14133/2021 e Lei Federal nº 14.039 de 17 de agosto de 2020 e suas alterações:

Item	Descrição:	Meses	Empresa	Valor Mensal R\$
01	A prestação dos serviços de assessoria e consultoria Técnica Contábil na área pública, consistindo em contratação de serviços de assessoria e consultoria técnica especializada em contabilidade pública, segundo os preceitos da Lei Federal nº	12 (doze)	CCGP – CENTRO DE CONTABILIDADE E GESTÃO PÚBLICA LTDA , estabelecida à Rua 14 de Julho, 291, sala 02, na cidade	7.800,00

<p>4.320/64, de 17 de março de 1964 e suas alterações posteriores, operacionalização e cumprimento da legislação pertinente à Contabilidade Pública, para acompanhamento e orientação na escrituração dos sistemas orçamentários, financeiros, patrimonial, de resultados, orientação do processo de planejamento municipal, envolvendo os diversos estágios e níveis de organização da Unidade, em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal, na prévia classificação orçamentária da despesa, na conferência dos aspectos contábeis e financeiros, atualização do Plano Plurianual (PPA), à elaboração dos Projetos de Lei, de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Orçamentária Anual - LOA, balanços do setor público e prestação de contas anual do setor público, na assessoria na elaboração da Tomada de Contas Anual do Poder Legislativo Municipal, na elaboração do Relatório Circunstanciado Anual, sobre as atividades do executivo Municipal, na conferência dos aspectos contábeis e financeiros, na elaboração dos relatórios de Gestão Fiscal, destinados ao Tribunal de Contas do Estado e publicação na INTERNET, no MURAL e em JORNAIS, na elaboração e transmissão de dados Contábeis Consolidados ao STN - Secretaria do Tesouro Nacional, na elaboração dos Relatórios Comparativos Mensais, Bimestrais, Trimestrais, Quadrimestrais, Semestrais e Anuais, das Despesas realizadas, na Elaboração do Anexo de Metas, na análise das Prestações de Contas das Diárias e Adiantamentos de numerários concedidos, além de atuação em todos os assuntos pertinentes a</p>		<p>de Sananduva, CNPJ 04.694.050/0001-77.</p>	
---	--	---	--

	<p>contabilidade do Município, apoio na elaboração e preenchimento do SIAPC/RGF/MCI-TCE RS, MSC, MGS, SIOPS, SIOPE, SICONFI e auxílio no preenchimento do RREO e RGF para publicação, consultoria e assessoria visando à orientação na elaboração de demonstrativos e relatórios legais e contábeis, estudos de impacto orçamentário-financeiro, controle e orientação/informação para cumprimento dos gastos de acordo com os limites legais, Emissão de pareceres por escrito, em atendimento a consultas sobre assuntos específicos contábeis., detalhando também os seguintes serviços de consultoria e assessoria:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Orientação quanto à elaboração da contabilização e de prestações de contas, com emissão de pareceres escritos, quando necessários. Consultoria e Assessoria na elaboração do Planejamento Público, por ocasião da elaboração do Plano Plurianual (PPA);b) Consultoria e Assessoria contábil durante a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);c) Assessoria na elaboração de projetos de lei que envolve matéria financeira, contábil ou orçamentária;d) Consultoria e Assessoria contábil durante a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA);e) Acompanhamento na execução orçamentária da receita e da despesa, na elaboração dos Balanços e Demonstrativos mensais, anuais e de outras periodicidades, preparação de impacto orçamentário-financeiro em atendimento à legislação vigente;f) Participar e orientar na			
--	---	--	--	--

	<p>elaboração de Estudos de Impacto financeiro e orçamentário, com elaboração de parecer, quanto à criação de novas despesas de caráter continuado, conforme exigências da Lei Complementar n. 101/2000;</p> <p>g) Orientação ao Setor de Licitações sobre aspectos contábeis e financeiros, inclusive elaboração de estudo de impacto financeiro e orçamentário em que for necessário;</p> <p>h) Prestar orientação nas Prestações de Contas ao Tribunal de Contas do Estado e esclarecimentos aos apontamentos relatados pelas inspeções em relação aos assuntos contábeis e financeiros;</p> <p>i) Orientar quanto à aplicação das Novas Normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, conforme o MCASP (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público);</p> <p>j) Prestar orientação por ocasião da elaboração de obrigações acessórias DCTF, DIRF, RAIS, Matrizes Contábeis, SICONFI, SIOPS, SIOPE, MGS, PAD/SIAPC;</p> <p>k) Acompanhar e orientar sobre a correta utilização e contabilização dos recursos do Fundo Municipal de Saúde;</p> <p>l) Acompanhar e orientar referente à movimentação financeira e contabilização dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social;</p> <p>m) Auxiliar e orientar a Secretaria Municipal de Educação quanto à contabilização e movimentação dos recursos do FUNDEB e do MDE;</p> <p>n) Assessorar o Setor de Licitações quanto à interpretação de Balanços e Demonstrações Contábeis, indicadores financeiros e emitir parecer técnico, quando necessário, sobre a habilitação de</p>			
--	---	--	--	--

	<p>empresas com fornecedoras de bens e serviços;</p> <p>o) Acompanhar a adimplência de obrigações acessórias quanto aos cadastros de habilitação para convênios, como por exemplo, CAUC e CADIN/RS e orientar sobre a solução de eventuais não atendimentos;</p> <p>p) Interpretar as Portarias e outras Normas referentes à correta classificação dos vínculos, registro de receitas e aplicação de recursos repassados pelo Governo Federal e Estadual.</p>			
--	---	--	--	--

JUSTIFICATIVA: Contratação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria contábil, que possui permissibilidade na Lei de Licitações, na Lei Federal nº 14.039 de 17 de agosto de 2020 assim como em decisões diversas decisões emanadas pelo Tribunal Justiça do Rio Grande do Sul e Superior tribunal de Justiça e TCE/RS.

Ibiaçá – RS, 01 de novembro de 2024.

ULISSES CECCHIN
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

ULISSES CECCHIN, Prefeito Municipal de Ibiaçá, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Federal nº 14133/2021 e suas alterações, resolve:

Homologar a Inexigibilidade de processo licitatório, conforme especificações abaixo:

- a) Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação;
- b) Número:** 007/2024;
- c) Objeto:** Contratação de empresa prestadora de serviços de consultoria e assessoria de contabilidade, sendo:
- d) Valor mensal:** R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais);
- e) Tempo de contratação:** 12 (doze) meses, renováveis
- f) Fornecedor:** CCGP – CENTRO DE CONTABILIDADE E GESTÃO PÚBLICA LTDA, sociedade empresária de prestação de serviços, estabelecida à Rua 14 de Julho, 291, sala 02, na cidade de Sananduva, estado do Rio Grande do Sul, portadora do CNPJ 04.694.050/0001-77.
- g) Embasamento:** art. 74, III, da Lei Federal nº 14133/2021 e Lei Federal nº 14.039 de 17 de agosto de 2020 e suas alterações.

Ibiaçá – RS, 01 de novembro de 2024.

ULISSES CECCHIN
PREFEITO MUNICIPAL

PARECER JURÍDICO

Por solicitação da Administração Municipal, vem a exame deste Setor a análise quando à viabilidade de contratação, mediante procedimento de inexigibilidade de licitação, da empresa CCGP – Centro de Contabilidade e Gestão Pública Ltda, para prestação de serviços de contabilidade.

A Constituição da República, em seu art. 37, inciso XXI, prevê que, de regra geral, as contratações a serem efetivadas pela Administração Pública devem ser precedidas de licitação. Contudo, desde que cumpridos os requisitos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, poderá a licitação ser dispensada ou inexigível.

Na situação em análise, há viabilidade legal para a contratação mediante procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea “c”, da Nova Lei de Licitações, *in verbis*:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes **serviços técnicos especializados** de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

c) **assessorias ou consultorias técnicas** e auditorias financeiras ou tributárias;

Cumprе ressaltar a Lei nº 14.039/2020, que alterou o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei nº 8.906/94), e criou o Conselho Federal de Contabilidade (Decreto-lei nº 9.295/46), dispondo que os serviços desempenhados por **advogados** e **contadores** serão automaticamente considerados de natureza técnica e singular, quando comprovada sua notória especialização. Senão vejamos:

O art. 25 do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º e 2º:

Art. 25

(...)

§ 1º Os serviços profissionais de contabilidade são, por sua natureza, técnicos e singulares, quando comprovada sua notória especialização, nos termos da lei. § 2º Considera-se notória especialização o profissional ou a sociedade de profissionais de contabilidade cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu

trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Nesta mesma linha, conforme o § 3º do art. 74, da NLLC, normatiza que “considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato”.

Sobre o assunto, leciona Marçal Justen Filho:

A especialização consiste na titularidade objetiva de requisitos que distinguem o sujeito, atribuindo-lhe maior habilitação do que a normalmente existente no âmbito dos profissionais que exercem a atividade. Isso se traduz na existência de elementos objetivos ou formais, tais como a conclusão de cursos e a titulação no âmbito de pós-graduação, a participação em organismos voltados a atividade especializada, o desenvolvimento frutífero e exitoso de serviços semelhantes em outras oportunidades, a autoria de obras técnicas, o exercício de magistério superior, a premiação em concursos ou a obtenção de láureas, a organização de equipe técnica e assim por diante. Não há como circunscrever exaustivamente as evidências da capacitação objetiva do contratado para prestar o serviço. O tema dependerá do tipo e das peculiaridades do serviço técnico-científico, assim como da profissão exercitada. O que não se dispensa é a evidência objetiva da especialização e qualificação do escolhido. Evidência objetiva significa a existência de manifestações reais que transcendam à simples vontade ou conhecimento do agente administrativo responsável pela contratação. (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 18. ed, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019).

Ressalta-se, pois, que da análise dos documentos que compõe o presente processo licitatório, resta indiscutível que a empresa CCGP – Centro de Contabilidade e Gestão Pública Ltda preenche todos os requisitos exigidos na lei para a contratação mediante inexigibilidade, uma vez que seus sócios possuem habilitação e experiência técnica para a prestação dos serviços de assessoria e consultoria contábil na área pública, porquanto possui notória especialização, inclusive pela experiência de seus membros, acumulada pelos longos anos de assessoramento contábil à inúmeros municípios, sendo conhecida e reconhecida pela sua atuação profissional na área.

Quanto ao valor proposto, verificou-se que está de acordo com os valores praticados pelo mercado. Ficou demonstrado no processo de inexigibilidade de licitação realizado pelos Municípios relacionados, em que a empresa ou empresas similares foram contratadas para a prestação de serviços contábeis com o **Município de Monte Belo do Sul**, no valor mensal atual de R\$ 13.700,00 (treze mil e setecentos), do contrato desta natureza mantido atualmente e devidamente corrigido pelo IPCA com o

Município de Sananduva, no valor mensal de R\$ 11.100,00 (onze mil e cem reais), do contrato mantido com a **CEASA**, no valor mensal de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), do Município de **Capela de Santana** no valor mensal de R\$ 9.650,00 (nove mil, seiscentos e cinquenta reais), com o Município de **Paim Filho** no valor mensal de R\$ 9.784,00 (nove mil, setecentos e oitenta e quatro reais), Município de **Trindade do Sul** no valor mensal de R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais), com o Município de **Tapejara** com o valor aditivado de R\$ 9.684,24 (nove mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e vinte e quatro centavos), com o Município de **Tupanci do Sul** com o valor aditivado de R\$ 8.307,13 (oito mil, trezentos e sete reais e treze centavos)., com o Município de **Água Santa** com o valor aditivado de R\$ 7.845,49 (sete mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e nove centavos)., portanto compatível com o praticado pelo contratado no mercado.

A respeito da regularidade fiscal, temos que constam nos autos as Certidões Negativas de Débito, que comprovam sua regularidade.

Isto posto, considerando a documentação que compõe o processo licitatório em comento, opina-se pela contratação da empresa CCGP – Centro de Contabilidade e Gestão Pública Ltda, através de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, III, “c”, da Nova Lei de Licitações.

Ibiaçá – RS, 31 de outubro de 2024.

.....
Marcio Pires de Lima

OAB/RS nº 53.622